

economia



Observador

Affonso Ritter

aritter20@gmail.com

Nova fase da indústria

No momento em que o governo federal aposta na neointustrialização, o novo livro organizado pelas economistas Eliane Araujo e Carmem Feijó aponta caminhos e problemas a serem superados. Lançado pela editora Appris, Industrialização e desindustrialização no Brasil - Teorias, evidências e implicações de política traz artigos sobre o tema em 14 capítulos. Para as organizadoras, a leitura pode ajudar a entender como recuperar a indústria e reindustrializar o País, com o compromisso de adotar processos ambientalmente sustentáveis e tecnologicamente competitivos em mercados de produtos de alto valor adicionado e alta complexidade.

Nova filial Marcopolo

A Marcopolo inaugurou nova filial no Espírito Santo, região muito importante estrategicamente para a companhia que conta com muitos clientes no estado. A unidade localizada na cidade de Cariacica passa a atender os clientes com venda de carrocerias de ônibus e de peças genuínas Marcopolo e assistência técnica especializada.

Um centro de inovação

Uma das maiores empresas de celulose no mundo, com sede no Chile, 24 mil colaboradores e presença em 12 países, a CMPC já está adaptando o espaço físico no Tecnopuc onde a equipe de Pesquisa & Desenvolvimento manterá um escritório de trabalho, que integrará o Celeiro AgFood Hub do Tecnopuc. A previsão de início da operação é maio.

Encontro de Mulheres

A Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (Sergs) promoverá nesta sexta-feira o Sergs Debates e VII Encontro de Mulheres na Engenharia: Construções e Reconstruções - A Importância da Reconstrução de uma Ponte. O evento será das 15h às 18h, na sede social da entidade (avenida Coronel Marcos, 163, Pedra Redonda).

Música para pacientes

A gaúcha ACG Home Care, uma das maiores empresas de atenção e internação domiciliar de saúde do País, vai levar músicas para mais de 300 pacientes. Segundo o CEO, Alexandre Pires, unir música e saúde contribui para a melhora e qualidade de vida do paciente. As canções, interpretadas pela cantora Nalanda, serão entregues por meio de um kit música - caixa de som e pen drive.

Comunicação em saúde na agenda

Maior sindicato médico da América Latina, o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) lançou o segundo episódio do Simers Entrevista, novo canal de comunicação da entidade com a sociedade. O entrevistado é o diretor-geral Fernando Uberti, que aborda a visão e o planejamento estratégico para 2024, junto com as diretrizes políticas em âmbito estadual e nacional. Além de lideranças, o Simers entrevista conversará com especialistas de destaque na área médica, de gestão em saúde e de inovação. É no canal do Youtube do sindicato.

Reajuste do mínimo regional gera divergências

Patronais e sindicatos ligados aos trabalhadores se reuniram nesta terça

/ SALÁRIO

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

Representantes dos trabalhadores e de empresários se reuniram nesta terça-feira, após quatro rodadas de negociações, para debater o reajuste do salário-mínimo regional no Rio Grande do Sul. O valor apresentado pelas patronais foi de 2,21%. As centrais trabalhistas rejeitaram a proposta e reafirmaram a necessidade de um reajuste de, pelo menos, 8,45%. Agora, um novo encontro para tentar resolver a questão de forma consensual acontecerá dia 23 de abril e será mediado pela Secretaria do Trabalho do Estado.

De acordo com o presidente da Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB), Guiomar Vidor, a proposição das patronais é in-

suficiente para suprir a perda de poder aquisitivo dos trabalhadores. "Achamos uma proposta totalmente descabida e inaceitável. Durante a pandemia, o ajuste foi zero. Depois, foi apenas o valor da inflação", explicou. "Se a gente olhar, de 2019 a 2023, o reajuste do mínimo gaúcho foi de apenas 29,2% enquanto a cesta básica teve um reajuste de 51,4%", complementou.

Ele apontou, ainda, que o Rio Grande do Sul e Porto Alegre, que já possuem uma das cestas básicas mais caras do País (atualmente custa R\$ 777,43, segundo o Dieese), podem sofrer mais alterações com as medidas para aumentar a arrecadação por parte do Estado. O alto custo de vida, na visão dele, prejudica os trabalhadores que mais precisam e que não têm negociação coletiva, como é o caso dos trabalhadores domésticos, por exemplo. "Em um cenário em que o gover-

no pode cortar os incentivos fiscais que atingem a cesta básica ou em que o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) aumenta, o que também vai incidir sobre o consumo, esse reajuste não é capaz de suprir o mínimo. É um arrocho salarial para a população, que vai ficar ainda mais em uma situação de penúria", refletiu.

O presidente da entidade afirmou, também, que irá levar ao governo os argumentos, mesmo que não haja consenso com a classe patronal. "O nosso mínimo estadual, que atende mais de 1,3 milhão de trabalhadoras e trabalhadores gaúchos, justamente os que mais precisam, como trabalhadores domésticos, assalariados rurais, motoboys, não pode seguir sendo desvalorizado como está nesses últimos anos", completou. O Fórum das Centrais também repudiou a proposta das patronais.

'Piso regional pode favorecer informalidade no Estado'

Para o Gerente de Relações Governamentais da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), Lucas Schifino, embora o diálogo com as sindicais laborais seja salutar, o piso regional tem um efeito negativo e gera informalidade.

"Parece-me difícil que a gente chegue num número comum. Na nossa visão, é uma ilusão pensar que o reajuste do mínimo regional aumenta a renda do trabalhador", ponderou. Ele afirmou também que cada região do Estado tem a sua particularidade e que as convenções coletivas em

cada setor levam isso em conta. "O piso do comércio em Gramado, por exemplo, não é o mesmo que o de uma cidade do sul do Estado", comparou.

Lucas considerou que a forma de aumentar a renda dos trabalhadores passa pelo desenvolvimento econômico do Estado. "O que precisamos é ter mais competitividade e um ambiente de negócios favorável. Estamos sempre apresentando propostas ao governo para isso. Quando as empresas conseguem produzir mais, elas pagam salários mais altos. Infelizmente, isso não se faz com a caneta", refletiu. A Federação

de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) foram contatadas pela reportagem, mas ainda não se manifestaram sobre o assunto.

O relatório final das negociações debatidas pelos representantes patronais e trabalhistas deve ser apresentado pela Secretaria do Trabalho do Estado ao governador Eduardo Leite (PSDB) até 30 de abril. Se não houver consenso, caberá ao governador arbitrar sobre os índices de reajuste e formular o projeto de lei a ser encaminhado para a Assembleia Legislativa.

Confiança da indústria cai em abril, mostra CNI

/ INDÚSTRIA

Após estabilidade em março, os industriais estão menos confiantes em relação à economia em abril. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) caiu para 51,5 pontos em abril, queda de 1,3 ponto em relação aos 52,8 pontos registrados em

março. Os dados foram divulgados pela entidade ontem.

Apesar da queda, o indicador continua acima da linha divisória de 50 pontos, que separa o otimismo do pessimismo. O índice, no entanto, mantém-se abaixo da média histórica de 54 pontos.

De acordo com a CNI, o principal motivo para a queda foi a avaliação negativa so-

bre o momento atual da economia brasileira.

Um dos componentes do Icei, o Índice de Condições Atuais, que mede a percepção atual sobre a economia e a própria empresa, caiu de 47,5 pontos em março para 45,7 pontos em abril. Abaixo da linha de 50 pontos desde janeiro de 2023, o indicador vem caindo desde janeiro.